

Deputados se agarram ao duplo reajuste

Líderes se recusam a dar atenção ao projeto da Alckmin, que suspende aumento de subsídios

BRASÍLIA — O líder do PFL na Câmara dos Deputados, José Lourenço, recusou-se ontem a assinar o pedido de urgência para votação do decreto legislativo que suspende o novo aumento de 30% sobre os subsídios dos parlamentares. “Não assino malandragem”, alegou Lourenço. Apresentado pelo deputado Geraldo Alckmin (PSDB-SP), o projeto de decreto legislativo dificilmente será colocado logo em votação, porque o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS), também não se interessou pelo assunto. “Isso é matéria da Mesa Diretora”, disse.

Alckmin argumenta que o critério de fixar o reajuste de vencimentos dos parlamentares de acordo com o índice dado ao funcionalismo é justo. “Não podemos ter dois aumentos em tão curto espaço de tempo”, ressaltou. “No momento em que a população brasileira sofre um brutal arrocho de salário, os representantes dela não têm o direito de dobrar seus salários”, destacou. Alckmin observou que “o ato que permite o aumento deve ser suspenso também pela repercussão profundamente negativa que produz contra o Congresso”.

Na quarta-feira da semana passada, os parlamentares aumentaram seus subsídios de 30%, passando a receber NCz\$ 7.787,43, retroativos a janeiro. Com o anúncio, na sexta-feira, do reajuste de 30% para os servi-

dores públicos, os subsídios passarão agora em maio para NCz\$ 10.123,65 — um aumento acumulado de quase 87%.

O projeto de decreto legislativo de Alckmin precisa do aval dos líderes para ser votado em regime de urgência. O presidente em exercício da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), garantiu que a Mesa da Câmara se reunirá tão logo chegue ao Congresso a medida provisória que estabelece o reajuste dos servidores, para aplicar o reajuste aos subsídios dos parlamentares.

“DEMAGOGIA”

Em princípio, Inocêncio considera inconstitucional o projeto de Alckmin. “Decreto legislativo tem de ser apreciado pelo Senado e pela Câmara em conjunto”, disse ele. Mas um assessor legislativo rebateu a argumentação do presidente interino da Câmara: “Enquanto não houver regimento comum, cada casa pode apreciá-lo separadamente”.

O líder pefelista José Lourenço desmente qualquer boa intenção do decreto de Alckmin. “Isso é demagogia. A medida dele não será aprovada, e ele será um dos primeiros a receber o reajuste”, atacou. Em janeiro, houve um antecedente: o senador Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido de Geraldo Alckmin, apresentou projeto de decreto legislativo para suspender o reajuste dado aos parlamentares juntamente com o reajuste do funcionalismo. O projeto foi derrubado na quarta-feira, e por isso deputados e senadores puderam usufruir do primeiro reajuste de 30%.



José Paulo/AE

Alckmin argumenta: “Não podemos ter dois aumentos em tão curto espaço de tempo”